



Ação extensionista e a produção de interfaces sócio-espaciais

Autores:

Débora Andrade Gomes Moura - UFMG - mouradebora111@gmail.com

Camila Oddi Duran - UFMG - milagome3@gmail.com

Jean Felipe Oliveira Dias - UFMG - jean.dias85@yahoo.com.br

Resumo:

O presente artigo analisa o conceito de extensão universitária e sua prática e apresenta um projeto de extensão em processo, que parte de uma crítica à assistência técnica e dedica-se à elaboração de um método de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo. A experiência em curso no distrito de Glaura, em Ouro Preto (MG), explora a relação dialógica e o uso de interfaces sócio-espaciais para desenvolvimento do método. Além de ampliar a discussão ao trazer o papel do técnico na assistência técnica, o artigo aponta ainda diretrizes para uma atuação reflexiva e que não vise a definição dos problemas das comunidades, mas que preste assessoria, oferecendo o suporte técnico necessário para a materialização das ações definidas pelos próprios assessorados.

AÇÃO EXTENSIONISTA E A PRODUÇÃO DE INTERFACES SÓCIO-ESPACIAIS

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de apresentar um projeto de extensão em processo, que parte de uma crítica à assistência técnica e dedica-se à elaboração de um método de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo que possa ser reaplicado em novas pesquisas ou atuações independentes. A experiência em curso no distrito de Glaura, em Ouro Preto (MG), lançará as bases para desenvolvimento do método.

A relação dialógica estabelecida com a comunidade por diversas vias explora, em um primeiro momento, a discussão coletiva de questões relevantes sobre o domínio público e a ampliação do imaginário sócio-espacial. Nessa relação reside a importância da extensão para o avanço da pesquisa e para a sociedade, enriquecendo a produção acadêmica com sua aproximação da realidade social da cidade e do campo e oferecendo para além dos muros das universidades um processo que se desvencilha da simples imposição de conhecimento e assume as assimetrias das relações. As interfaces sócio-espaciais são utilizadas nesse sentido, e serão fundamentais para o protagonismo dos moradores da comunidade ao aprimorar ou despertar o senso crítico com relação a questões de interesse comum e aos agentes da produção do espaço.

PRINCÍPIOS PARA UMA PRÁTICA EXTENSIONISTA A CAMINHO DA AUTONOMIA

Os conceitos de extensão universitária e de assistência técnica apresentam pontos de em comum, que merecem ser esclarecidos e criticados pois se refletem nas práticas. Paulo Freire (1983) apresenta, ainda em 1969, data da publicação original em espanhol de *Extensão ou Comunicação*, sua crítica ao uso do termo e às práticas de extensão, referindo-se à educação extensionista do agrônomo por ter como horizonte a reforma agrária. Se “quem estende, estende alguma coisa (...) a ou até alguém” (FREIRE, 1983, p. 11), o sujeito ativo é o extensionista e a comunidade é apenas objeto de tal ação.

A transmissão de conhecimento da universidade para a sociedade pode ser problematizada por diversas vias. Uma das questões centrais é a imposição da cultura do acadêmico: “através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam,

que se superpõe à daqueles que passivamente recebem” (FREIRE, 1983, p. 13). Assim, não é difícil chegar à conclusão que ações de extensão, se analisada apenas pelo conceito, levam a uma invasão cultural. Por isso, Freire (1983) apresenta a noção de comunicação como alternativa àqueles que, no âmbito da extensão, desejam subverter seu sentido: “[ao extensionista] não lhe cabe, de uma perspectiva realmente humanista, estender suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las (...). Como educador, se recusa a (sic) 'domesticação' dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão” (FREIRE, 1983, p. 14).

Em um aprofundamento dos conceitos elaborados por Freire, Mauro Gurgel (1986) desenvolve uma análise histórica da extensão, classificando-a em três grandes períodos: experiências pioneiras (1912-1930); experiências isoladas, disseminação de ideias e desenvolvimento de ações a partir de movimentos sociais (entre 1930 e 1968); e o período de maior institucionalização da extensão universitária (de entre 1968 e 1976). Entre o segundo e o terceiro períodos, Gurgel critica a atuação da universidade ao afirmar que:

E a tão propalada comunicação, que implicaria num relacionamento em que as partes se colocariam como iguais, restringiu-se basicamente ao plano dos discursos ou a tentativas individuais... Predominantemente, se teve o desenvolvimento de ações a partir do interesse da universidade, que, muitas vezes refletiam um puro processo de domesticação (GURGEL, 1986, p. 56).

Em seguida, Gurgel afirma acreditar no potencial da universidade como “um mecanismo de apoio ao processo de mudança social” (GURGEL, 1986, p. 57) e salienta que os extensionistas:

Devem igualmente buscar um conhecimento concreto das condições de vida da classe subalterna, das suas formas de produção do saber, de seus valores, descobrindo, assim, onde está a ciência no senso comum. Devem assessorar as populações, no sentido de que estas se tornem mais capazes de um esforço crítico, para poder interpretar e compreender a realidade presente e sistematizar suas propostas de direcionamento da sociedade, auxiliando concretamente o surgimento dos intelectuais orgânicos da classe dominada (GURGEL, 1986, p. 57).

Como visto, a extensão não deve “domesticar”, mas assessorar tecnicamente as populações em situação de vulnerabilidade para que possam, elas mesmas, sistematizar suas propostas de ação. A assessoria técnica aponta para uma relação em que se assumem as assimetrias e pode proporcionar a articulação das demandas de uma comunidade ou grupo sócio-espacial que, conseqüentemente, poderia “orquestrar, com autonomia crescente, os meios de satisfazê-las” (BALTAZAR; KAPP, 2016), em vez de se adaptarem a padrões predefinidos de necessidades e satisfações.

A partir da análise de uma ampla amostra de projetos extensionistas na área de arquitetura e urbanismo desenvolvidos atualmente em universidades brasileiras que envolvessem a assistência ou a assessoria técnica, observou-se que, em grande parte dos casos, persiste o caráter da extensão como prestação de serviços, sendo comum o foco na construção de intervenções físicas. Ainda que seja um processo de construção coletivo, essa coletividade não pressupõe que os participantes sejam convocados a tomar as decisões mais importantes (como os princípios da pesquisa) e que, provavelmente, serão as que mais impactarão de fato sua realidade. A tendência é a reprodução de medidas participativas que ocorrem via poder público aliadas a um discurso teórico mais elaborado.

Em grande parte dos casos, a “participação” dos grupos sócio-espaciais na tomada de decisões que lhes dizem respeito se restringe à legitimação de decisões já tomadas pelos técnicos. Como dito por uma moradora da Vila das Antenas, em Belo Horizonte, no contexto da elaboração do Plano Global Específico, instrumento utilizado pela prefeitura para orientar a urbanização de favelas na cidade, sobre as “reuniões participativas”: “A gente só ia lá só pra concordar. Tipo assim, mesmo discordando, [o projeto] já estava pronto. A gente era só pra servir de uma fachada pra eles” (KAPP *et al.*, 2012). Ser integrante de um processo “participativo” de projeto ou intervenção física no território, portanto, não parece ser o suficiente para aqueles que habitarão cotidianamente esses espaços, pensados e/ou construídos de acordo com o *habitus* dos técnicos.

Segundo Kapp *et al.* (2012), quando arquitetos e estudantes vão a vilas e favelas, eles tendem a acreditar que o principal problema das moradias está relacionado à ventilação ou iluminação, embora haja muito mais moradores preocupados com a estabilidade estrutural de suas habitações. Esse exemplo ilustra como os técnicos têm a tendência de achar que entendem mais sobre as demandas das pessoas que elas próprias. Quando essas populações não reagem criticamente diante de imposições, passam a se enquadrar em padrões de necessidades aos quais não lhes convém (ILLICH, 1990). Nesses casos, os técnicos ditam seu diagnóstico e as soluções por eles imaginadas. Para Ivan Illich, o progresso “descobriu e prescreveu as necessidades” e as escolhas passaram a ser “oferecidas, legitimadas e prescritas por profissionais” (ILLICH, 1990).

Baltazar e Kapp, por sua vez, têm como horizonte a autonomia, individual e coletiva, dos envolvidos, por meio da pesquisa sobre assessoria técnica com interfaces. O termo autonomia, proveniente do grego *auto-nomos*, “normas ou leis próprias”, implica o direito de se autogovernar (KAPP, 2004), ou seja, no estabelecimento, pelos próprios habitantes, das regras às quais estarão submetidos.

Assim, as universidades, por meio dos programas de pesquisa e extensão universitária, podem engajar grupos sócio-espaciais em processos que apontem para a autonomia coletiva. Para tanto, a extensão deve ser encarada como “um espaço possibilitador de estabelecimento de uma ligação com a classe trabalhadora, que permita um intercâmbio de conhecimentos, no qual a universidade aprenda a partir do saber popular e assessorie as populações no sentido de sua emancipação crítica” (GURGEL, 1986).

O próximo item apresentará as ações de pesquisa e extensão do Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica (LAGEAR/UFMG), em Glaura, distrito rururbano de Ouro

Preto (MG), financiadas por CNPq, Fapemig e Pró Reitoria de Extensão da UFMG, e coordenadas pela professora Ana Paula Baltazar.

ASSESSORIA TÉCNICA COM USO DE INTERFACES EM GLAURA (MG)

A pesquisa do LAGEAR desenvolve desde 2015 interfaces para a localidade de Glaura objetivando a formulação de um método de assessoria técnica de arquitetura e urbanismo, que também poderá ser aplicado em outras comunidades rururbanas vulneráveis socioeconômica ou ambientalmente. Entende-se por áreas rururbanas os espaços sociais que preservam características da vida rural (baixo adensamento populacional, forte traço de relações de vizinhança etc.), mas que também apresentam grande influência da urbanidade.

Glaura é considerada uma comunidade vulnerável, entre outros motivos, em razão do que João Rua (2006) define por *ressignificação do rural*, que acontece a partir do momento em que a natureza e as atividades do campo se tornam mercadorias valiosas, afetando a reconstrução ou a manutenção da identidade social e territorial local. Essa dinâmica é deflagrada quando, no contexto capitalista, há um interesse em recriar um rural integrado ao contexto econômico e espacial mundial (RUA, 2006), processo que pode ser exemplificado pelo projeto de construção de um condomínio de alto padrão com 900 lotes na entrada de Glaura, que afetará diretamente a dinâmica do distrito e o modo de vida dos habitantes.

A comunidade de 1.400 moradores, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, cuja população tem aumentado devido à chegada de pessoas vindas de outras cidades, em especial Belo Horizonte, está enfrentando o agravamento do atual problema de escassez de água. Além disso, por falta de rede pública de tratamento de esgoto, ou sistemas de tratamento alternativos, Glaura aparenta ter vários de seus cursos d'água poluídos, dentre eles o Rio das Velhas, cujo sistema abastece cerca de 2,5 milhões de habitantes da RMBH.

A primeira aproximação com a comunidade aconteceu em 2015 por meio dos estudantes da disciplina Fundamentação para Projeto de Arquitetura e Urbanismo I, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, ministrada pelos professores José dos Santos Cabral Filho, Ana Paula Baltazar dos Santos, Guilherme Ferreira de Arruda, Erica Mattos e Diego Fagundes, e dos pesquisadores do LAGEAR. Para os estudantes foi proposta a observação e análise das relações dos moradores com o espaço em que vivem e, para isso, foram feitas entrevistas para levantar informações sobre práticas espaciais cotidianas. Tais informações serviram para informar a elaboração de interfaces digitais e intervenções físicas efêmeras em Glaura, que tinham o objetivo de provocar discussões acerca das relações sócio-espaciais identificadas.

Uma das intervenções realizadas pelos estudantes se chamava Odara e se localizou na Praça das Mercês, local considerado pelos moradores locais como abandonado e mal cuidado. Pretendeu-se problematizar o local e seus possíveis usos enquanto espaço público,

explorando o imaginário dos moradores acerca do espaço por meio da colocação de diversas flores feitas de papel celofane na praça, criando um efeito visual ao avistar o local de uma certa distância. Durante o dia, sons eram acionados pelo movimento das pessoas caminhando entre as flores, promovendo a interação e tornando convidativa a permanência das pessoas no espaço. Durante a noite, luzes eram acionadas para iluminar o local e a projeção instantânea promovia a interação da praça com a capela localizada logo à frente.



Figuras 3 e 4: Intervenção Odara (2015), elaborada pelos estudantes Camila Oddi, Diandra Noemí, Giovanna Camisassa, Igor Neves, Letícia Moreira, Philip Weimann e Stephanie Cabral. Autoria: Membros do grupo.

Paralelamente, a equipe de pesquisa do LAGEAR realizou entrevistas semi-estruturadas, mais completas e específicas, sobre assuntos de âmbito geral que foram levantados anteriormente pelos estudantes para as intervenções. Essas entrevistas objetivaram conhecer redes de pessoas que estavam à frente de assuntos de interesse dos moradores e que, conseqüentemente, informariam outras interfaces a serem produzidas para dar continuidade ao processo de articulação da comunidade.

Para informar essas novas interfaces e à pedido da Associação de Moradores de Glaura foi feito um questionário complexo (como um mini censo da região), que procurou abordar assuntos relevantes para a comunidade, como a questão da água (situação dos rios, esgoto e qualidade da água), a relação dos moradores com os sitiantes (denominação dos próprios moradores; pessoas que vêm de fora), as relações entre as várias regiões que compõem o distrito, entre outros. Após a finalização do questionário, por intermédio da orientadora da pesquisa - Ana Paula Baltazar, foi ministrada uma disciplina optativa para os alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG cujo objetivo foi aplicar os questionários no maior número de residências do distrito, compilar os dados obtidos e, como exercício, pensar em possíveis cruzamentos de questões que relacionassem informações pertinentes para a comunidade.

O questionário em si foi um passo importante na pesquisa pois, além de abranger um total de 196 residências (cerca de metade das famílias do distrito), serviu como parâmetro para a articulação dos moradores em torno de assuntos que lhes convém. Os dados gerais do questionário foram apresentados para a associação de moradores e, nessa reunião,

houve um interesse por parte dos moradores em aprofundar as discussões sobre o condomínio, o saneamento e o patrimônio. A questão da proteção do patrimônio histórico e cultural é tema de grande preocupação atualmente na comunidade, haja visto que a Matriz do distrito, a Igreja de Santo Antônio, tombada pelo IPHAN, encontra-se em risco devido às rachaduras na fachada.

Visando trabalhar as questões destacadas pelos moradores, aponta-se três possibilidades para interfaces: a primeira, que amplie o imaginário sobre questões já discutidas na comunidade; a segunda, que mobilize o imaginário dos moradores para refletirem sobre questões ainda não refletidas; e a terceira, para informar tecnicamente as pessoas e ampliar as suas possibilidades de tomada de decisão.

Uma interface do primeiro tipo foi elaborada para a Festa Junina da Escola Professor Saturnino (momento de grande concentração de pessoas no distrito), para incentivar o público a discutir as questões anteriormente apontadas pelos moradores. Paralelamente, houve um contato maior com a Escola e um interesse dos professores em abordar, em suas disciplinas, assuntos levantados pelo questionário, como o abastecimento de água, esgoto, patrimônio material e imaterial e o Rio das Velhas. Esses assuntos servirão para mobilizar o pensamento sobre os impactos do suposto condomínio em Glaura, tendo em vista a situação atual, diagnosticada pelos próprios moradores.



Figura 5: a interface testada durante a festa junina buscou estimular discussões a respeito de questões e problemas comuns. Autoria: LAGEAR/UFMG.

Em relação às interfaces do tipo dois, foram desenvolvidos três jogos e uma dinâmica de Teatro do Oprimido, os quais foram testados pelos alunos da escola, com idades entre 8 e 15 anos. Um dos jogos desenvolvidos foi o “Glaura na Cabeça” que buscou refletir sobre lugares de Glaura e suas qualidades, expondo as opiniões de cada um sobre esses locais. O jogo começa quando os jogadores escrevem em cartões nomes de lugares nas redondezas e os distribuem entre si, sem saber quais foram os lugares que receberam para colocar na cabeça. Em seguida, cada um avalia o lugar do colega como bom ou ruim e começam rodadas de perguntas, objetivando que cada um acerte seu lugar e o marque no mapa de Glaura. Por meio do jogo, percebeu-se uma dificuldade dos alunos em localizar os lugares no mapa, principalmente devido ao fato de que a maioria deles não era de Glaura, mas sim de regiões ao redor. O jogo, de modo geral, serviu como meio para troca de relatos cotidianos entre estudantes residentes em Glaura e aqueles que residem em regiões no entorno, fazendo-os refletir sobre os lugares e o motivo que determinado lugar é considerado bom ou ruim.



Figura 6: Oficina de jogos na Escola Professor Saturnino, em Glaura. Autoria: LAGEAR/UFMG.



Figura 7: Partida do jogo Glaura na Cabeça, com crianças de 8 a 11 anos. Autoria: LAGEAR/UFMG.

Em relação à interface do tipo três, que pretendem informar tecnicamente as pessoas e ampliar as suas possibilidades de tomada de decisão, foi explorada a questão do saneamento, muito debatida entre os moradores de Glaura. Os resultados do questionário apontam que a maioria das residências do distrito despejam seus efluentes em fossas negras, diretamente em cursos d'água ou na suposta "rede geral de esgoto", que apenas direciona o esgoto não tratado para o Rio das Velhas e outros afluentes. Além disso, quando foi perguntado aos entrevistados se eles tinham alguma reclamação sobre o esgoto, moradores de 114 residências (58,5% de 195 respostas) declararam positivo. Entre as reclamações mais recorrentes, estão mal cheiro e falta de interceptor.

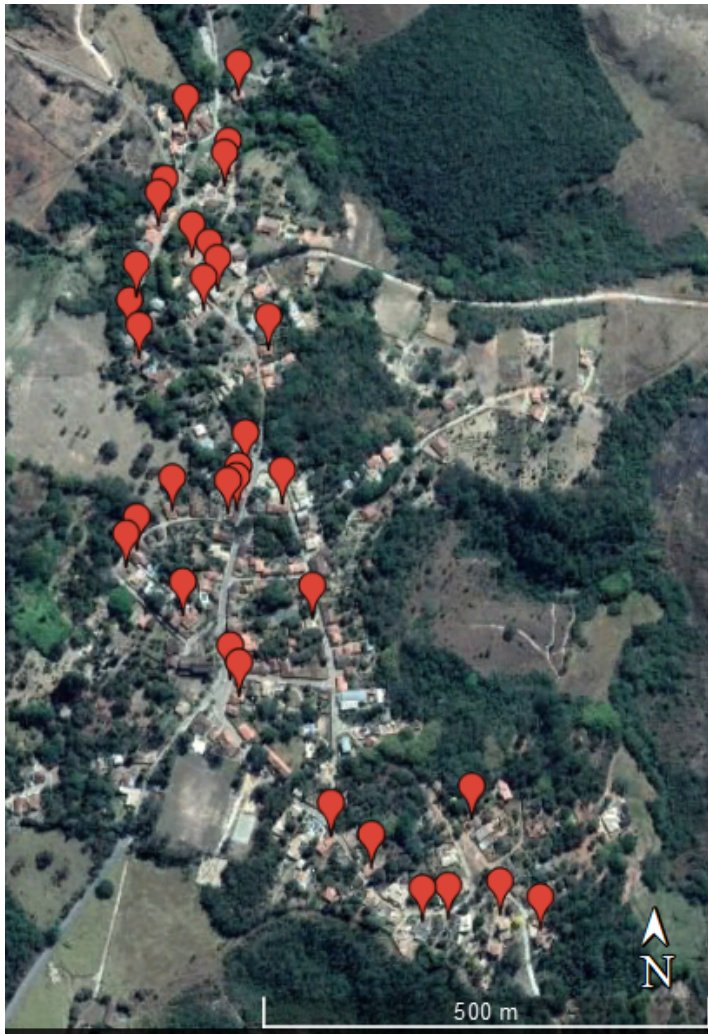


Figura 8: Georreferenciamento, obtido a partir dos dados do questionário, das residências que despejam efluentes na “rede geral de esgoto”, provavelmente poluindo cursos d’água como o Rio das Velhas. A imagem aérea abrange apenas a área central do distrito. Fonte: Google Earth, 2017. Modificado pelos autores.

Você tem alguma reclamação sobre o esgoto? Qual?

- Não
- Sim

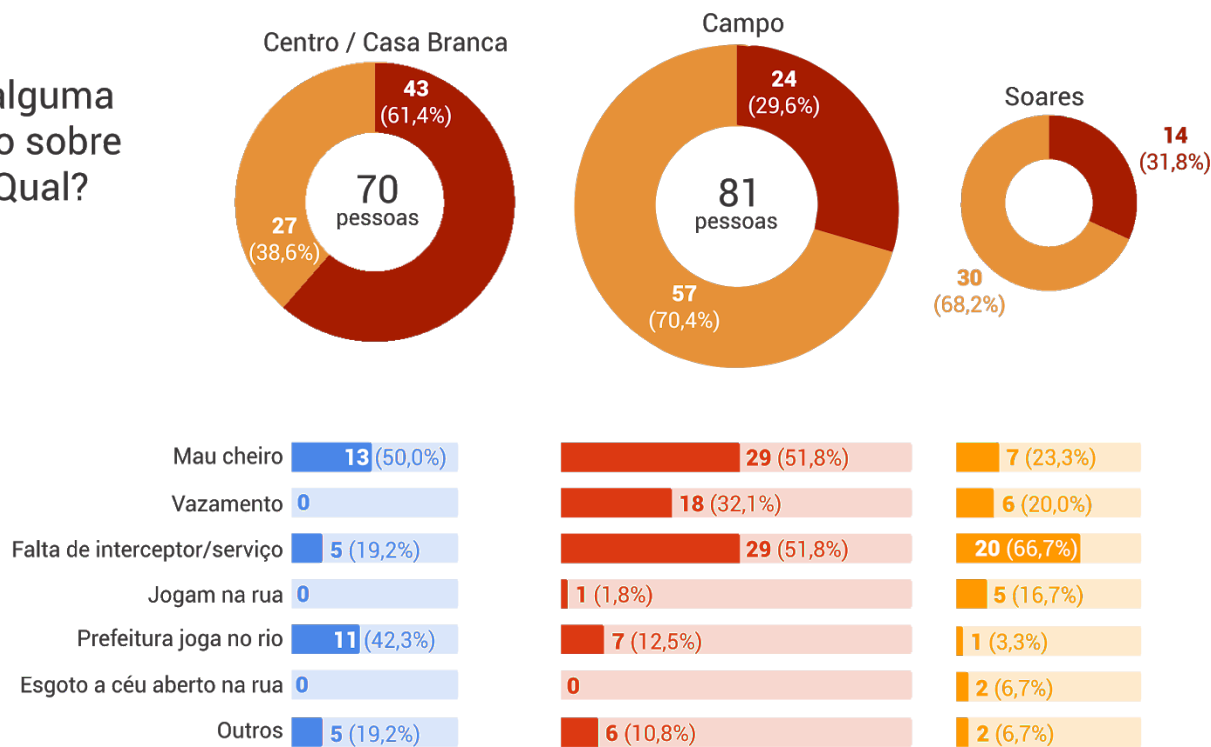


Figura 9: Gráfico da questão “Você tem alguma reclamação sobre o esgoto? Qual?”, com as respostas separadas de acordo com três regiões que compõem Glaura. Autoria: LAGEAR/UFMG.

Levando em consideração tais dados, obtidos a partir do questionário, a interface do tipo três pretende ampliar o repertório de possíveis soluções de tratamento de esgoto viáveis para áreas rurais e que a escolha do tratamento não dependa da presença do técnico. Para informar tal interface, utilizou-se como base a cartilha feita pela professora Ana Augusta Passos Rezende sobre os diferentes tipos de tratamento alternativo de esgoto em meio rural, da UFV (Universidade Federal de Viçosa).

A primeira versão produzida da cartilha de saneamento objetivou facilitar o acesso à informação sobre alguns tratamentos alternativos de esgoto, explicando o que é, como funciona e como é construído. Para a escolha do tratamento, é necessário levar em consideração alguns fatores determinantes, contidos no “guia” (verso da cartilha), como: a separação ou não do esgoto da água (separação entre água cinza e água negra); se o local/terreno é muito inclinado; se é fácil encontrar água no solo ao escavá-lo; se a pessoa teria algum interesse em reutilizar a água após o tratamento.

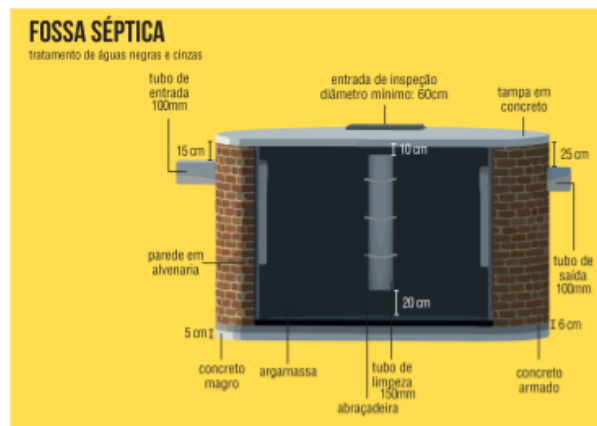
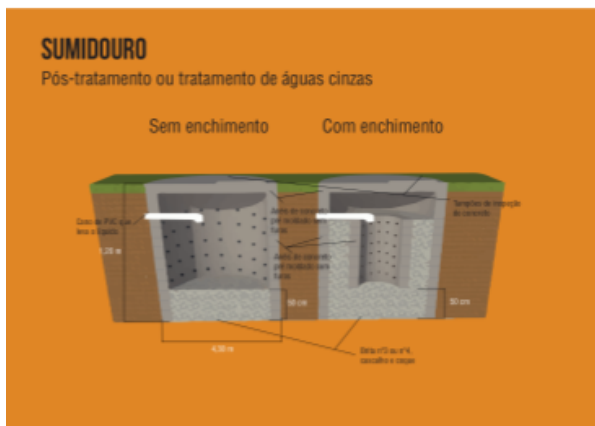
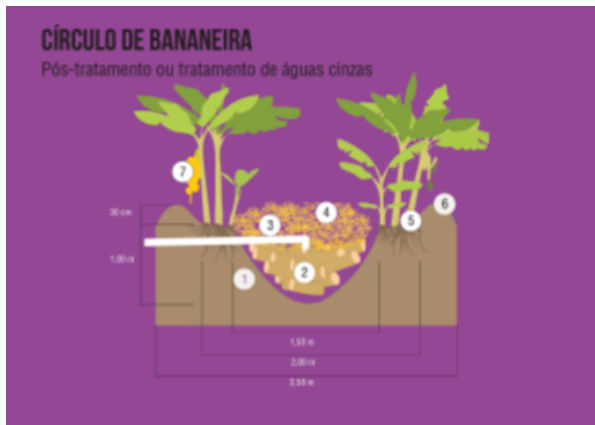


Figura 11: Primeira versão da cartilha de saneamento, que contém, entre outras, as alternativas: círculo de bananeira, canteiro de infiltração e evapotranspiração, fossa séptica e sumidouro, em sentido horário. Autoria: LAGEAR/UFMG.

Ainda em fase de ajustes, a interface possibilitará que o interessado tome a decisão a partir de um repertório predefinido de possibilidades e do entendimento da lógica do sistema, sobre qual o melhor tipo de tratamento para cada caso. Uma nova versão da cartilha está em desenvolvimento e nela constará mais informações sobre o que levar em consideração antes da escolha do tratamento. A nova versão pretende mostrar as implicações do tipo de solo, do relevo, da área disponível, da água subterrânea etc. na implantação do sistema de tratamento e, somente após isso, a pessoa terá contato com conteúdos individuais sobre cada tipo de tratamento de esgoto.

Cabe evidenciar que as interfaces desenvolvidas são testadas e continuamente aprimoradas a partir do retorno das pessoas sobre aspectos como facilidade de compreensão das informações, adequabilidade do meio de apresentação, linguagem utilizada e conteúdo apresentado.

O caso analisado, não se trata, portanto, de uma ação extensionista que prescreve técnicas, como Paulo Freire (1983) critica, pois além de não prescrever soluções, busca ampliar o imaginário das pessoas acerca do espaço, propor discussões ainda não tidas e informar tecnicamente as pessoas, visando o engajamento da comunidade, para que ela consiga efetivamente tomar decisões para solucionar suas questões.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARRUDA, Guilherme. **Do discurso ao diálogo: interfaces físico-digitais no espaço urbano para a retomada da esfera pública**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2014.

ARSAE - Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais. **Relatório de Fiscalização nº GFO-36/2016**. Sistema Produtor de Água da RMBH – Rio das Velhas. Disponível em: <http://arsae.mg.gov.br/images/documentos/Rf_tec_op_saa_rmbh_rio_das_velhas.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. **Assessoria Técnica com interfaces**. In: IV ENANPARQ, 2016, Porto Alegre. IV ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Estado da arte. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Editora, 1996.

BROWN, Cynthia. **Literacy in 30 hours: Paulo Freire's Process in North East Brazil**. London: Writers and Readers Publishing Cooperative, 1975.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 8a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação**. São Paulo: Cortez; Universidade Federal do Ceará, 1986.

ILLICH, Ivan. **Needs**. Manuscrito não terminado e não publicado. Bremen, 1990.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Igreja Matriz de Santo Antônio em Glaura (Ouro Preto, MG)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1383>. Acesso em: ago. 2018.

KAPP, Silke. **Autonomia Heteronomia Arquitetura**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2004.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; CAMPOS, Rebekah; MAGALHÃES, Pedro; MILAGRES, Lígia; NARDINI, Patrícia; OLYNTHO, Bárbara; POLIZZI, Leonardo. **Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação**. In: Anais do CTHab 2012 – IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia – Inovação e Responsabilidade, Florianópolis: PósARQ/UFSC e ACE/SC, 2012.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. **Architecture as Critical Exercise: Little pointers towards alternative practices**. Field: A free journal for Architecture (Sheffield), v. 2, p. 7-29, 2008.

RUA, João. **Urbanidades no Rural**: o devir de novas territorialidades. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ação direta e luta institucional**: complementaridade ou antítese? In: Jornal Passa Palavra, abr. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado**: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. In: Cidades, v. 7, n. 11, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.